



INSTITUTO FEDERAL  
Rio Grande do Norte

Concurso Público para Provimento de Cargos  
Técnicos-Administrativos do Quadro Permanente  
de Pessoal do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do RN.

# TAE CONCURSO PÚBLICO

## TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO



EDITAL Nº 7/2023 - RE/IFRN

## Caderno de Provas

TAE – CARGO 16  
NS

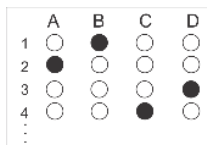
PEDAGOGO

Edital Nº. 007/2023 – RE/IFRN

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Legislação	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

**A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ESTÁ MUDANDO O MUNDO, MAS PRECISAMOS PROTEGÊ-LO**

Dora Kaufman

No início de 2023, Geoffrey Hinton, considerado o “padrinho da IA” e vencedor do Prêmio Turing (Nobel da tecnologia), declarou à revista *Technology review*: “De repente, mudei minha opinião sobre se essas coisas (máquinas movidas por inteligência artificial) serão mais inteligentes do que nós. Acho que elas estão muito próximas disso agora e serão muito mais inteligentes do que nós no futuro.” A cientista da computação Melanie Mitchell reconhece, na revista *Science*, que é uma afirmação extraordinária, mas que exige evidências igualmente extraordinárias. “Nós, humanos, somos propensos ao antropomorfismo, projetando inteligência e compreensão em sistemas que fornecem até mesmo um indício de competência linguística”, pondera. Mitchell refuta cada um dos testes realizados para comprovar a semelhança entre as capacidades cognitivas da IA generativa e as dos seres humanos, concluindo que, a partir das evidências fornecidas, não é possível afirmar que os sistemas de IA em breve igualarão ou excederão a inteligência humana.

Para o Prêmio Nobel Judea Pearl, autor de *The book of why: the new science of cause and effect* (Basic Books, 2018), estamos longe de produzir máquinas com inteligência semelhante à humana. A diferença profunda é a ausência de um modelo mental da realidade onde a imaginação acontece. Para ir mais longe, pondera Pearl, precisamos desenvolver um modelo causal, e não apenas modelos de correlação como as técnicas atuais de IA. “Se quisermos que os robôs respondam ‘por quê?’ ou mesmo que entendam o significado, devemos equipá-los com um modelo causal e ensiná-los a responder a perguntas contrafactuais”, argumenta Pearl, lembrando que as intuições humanas são organizadas em torno de relações causais, não estatísticas.

Abstraindo as controvérsias sobre o futuro da inteligência artificial, o que temos hoje é um sistema estatístico de probabilidade, fundamentalmente modelos baseados na técnica de redes neurais profundas (*deep learning*), com inúmeras limitações a começar pela variável de incerteza intrínseca aos sistemas estatísticos; soluções como o ChatGPT preveem o próximo *token* em uma sequência com base em uma lógica de probabilidade. A subjetividade humana permeia toda a cadeia de desenvolvimento da IA. São os humanos que tomam as decisões ao longo do processo, bem como são os humanos que interpretam os resultados e decidem como utilizá-los.

Ainda que limitada, a IA tem demonstrado um potencial revolucionário em diversas áreas, como saúde, transporte, educação, segurança e na otimização de processos operacionais. No entanto, seu uso também traz desafios e preocupações, como viés algorítmico discriminatório, privacidade, responsabilidade civil e impacto no mercado de trabalho. Regulamentar adequadamente a IA torna-se crucial para garantir sua aplicação ética, segura e responsável, especialmente porque as legislações existentes não abrangem a totalidade dos riscos associados a esses sistemas. Embora a regulamentação da IA seja essencial, trata-se de um desafio complexo; não por acaso ainda não temos, no mundo ocidental, um marco regulatório, o processo mais avançado é o europeu – “AI Act”, em debate público desde abril de 2021, 3.000 emendas em novembro de 2022, segunda versão votada no Parlamento Europeu em 14 de julho de 2023 –, com fortes críticas tanto do mercado quanto da academia.

Regulamentar a IA não é como regular um produto ou um serviço, não é trivial pré-identificar e isolar nos sistemas os riscos e suas consequências. A eficácia da lei na efetiva proteção da sociedade depende da convergência de diretrizes compartilhadas globalmente, autorregulação e arcabouço regulatório. Regulamentação é um projeto coletivo, que inclui legisladores, partes interessadas, setor privado, academia e sociedade civil. A lacuna de conhecimento sobre IA dos reguladores é uma grande barreira na regulamentação (e posterior fiscalização/*enforcement*); entender como funcionam as cadeias de suprimento dos sistemas de IA, e como atribuir responsabilidades distintas demanda tempo e capacitação. Entre os especialistas, forma-se um consenso de que a efetividade de qualquer regulamentação da IA depende de estabelecer padrões (tipo ISO).

Reconhecendo o tamanho do desafio, as organizações multilaterais estão convocando os especialistas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, por exemplo, formou o grupo OECD.AI, coordenado pelo britânico Stuart Russell, com o propósito de equipar os governos com o conhecimento e instrumentos necessários para desenvolver políticas voltadas para o futuro da IA. A ONU está capitaneando diversas iniciativas gerais e setoriais, como a reunião promovida pela Unesco com 40 ministros da educação para avaliar as oportunidades, desafios e riscos no curto e longo prazo das tecnologias de IA. Pesquisa global da Unesco, em mais de 450 escolas e universidades, revelou que apenas 10% desenvolveram políticas institucionais e/ou orientações formais sobre o uso de sistemas de IA generativa.

Com base nesse cenário, o órgão está elaborando um conjunto de diretrizes políticas, bem como estruturas de competências de IA para alunos e professores, a ser lançado na “Digital Learning Week”, no segundo semestre de 2023 em sua sede em Paris.

Os governos nacionais igualmente estão se movimentando. Na Europa e nos EUA, os órgãos executivos estão formando equipes de formuladores de política com os parlamentares, agregando acadêmicos e especialistas de mercado. A administração Biden-Harris anunciou um grupo de trabalho do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologias (AI@NIST) com voluntários, especialistas dos setores público e privado.

No Brasil, o projeto de lei para criação do Marco Regulatório da Inteligência Artificial, Projeto de Lei 2338, em tramitação no Senado, é um bom ponto de partida, mas requer aperfeiçoamentos, no geral, para: (a) reduzir os custos de conformidade que afetam negativamente a inovação e positivamente a concentração de mercado (empresas médias, pequenas e startups não terão capacidade de atender às exigências legais); e (b) especificar os direitos do usuário afetado, evitando uma enxurrada de ações judiciais. É imprescindível padronizar os critérios de avaliação para classificar o risco, o teor dos documentos de avaliação e os parâmetros a serem utilizados pela autoridade competente para reclassificar e avaliar o impacto algorítmico. A categorização de risco é inadequada para regulamentar os grandes modelos de linguagem (LLMs) ou modelos de fundação, que têm aplicações versáteis e imprevisíveis e trazem preocupações sobre proteção de dados e direito autoral.

Para ter algum protagonismo nesse novo ambiente, o Brasil precisa de investimentos em infraestrutura, plataforma de código aberto e banco de dados robusto em português. A hegemonia da língua inglesa não só compromete a eficiência e confiabilidade para usuários não falantes de inglês, mas também tende a gerar hegemonia da cultura americana (monocultura). A questão ambiental, tema fora da pauta dos reguladores de IA, é estratégica na relação do Brasil com o resto do mundo, e o caminho de avanço da IA com sistemas cada vez mais ricos em dados tem uma pegada de carbono significativa em função do consumo de energia dos data centers para rodar sistemas robustos e de emissões associadas à produção de equipamentos e dispositivos. A regulamentação da IA deve incluir obrigações para reduzir o impacto de carbono (otimização dos processos de treinamento e implantação e uso de fontes de energia renováveis). Regular a IA é urgente, mas sem açodamento. O processo é tão importante quanto o resultado final.

Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023. (texto adaptado)

**01.** O texto se desenvolve em torno da

- A) explicação de um fato em torno do qual já existe uma visão consensual arraigada.
- B) defesa de um posicionamento a partir de visões conflitantes sobre o mesmo tema.
- C) defesa de um posicionamento ratificador das visões já existentes sobre o mesmo tema.
- D) explicação de um fato em que há uma convergência entre a ciência e o senso comum.

**02.** Sobre o papel da inteligência artificial nas transformações pelas quais o mundo está passando, o texto, em sua totalidade, apresenta uma visão

- A) idealizada.
- B) pessimista.
- C) conformista.
- D) ponderada.

**03.** No primeiro parágrafo, há, além da voz da autora,

- A) três outras vozes, entre as quais há concordância.
- B) duas outras vozes, entre as quais há discordâncias.
- C) três outras vozes cujas visões estão em total divergência.
- D) duas outras vozes cujas visões estão em total convergência.

04. Ao se referir à Inteligência Artificial, no primeiro período do quarto parágrafo, a autora expressa um raciocínio
- A) causal.
  - B) concessivo.
  - C) explicativo.
  - D) condicional.
05. Ao iniciar o segundo período do quarto parágrafo, a autora sinaliza que fará, em relação ao que foi afirmado no período anterior, uma
- A) justificativa.
  - B) conclusão.
  - C) retificação.
  - D) contraposição.

06. Considere o trecho a seguir.

É imprescindível padronizar os critérios de avaliação para classificar o risco, o teor dos documentos de avaliação e os parâmetros a serem utilizados pela autoridade competente para reclassificar e avaliar o impacto algorítmico.

Sobre a construção desse trecho, é correto afirmar que a autora recorre a uma estrutura

- A) de oração substantiva, como uma forma de modalizar o discurso.
  - B) de oração substantiva, como forma de imprimir veracidade ao discurso.
  - C) de oração adjetiva, como forma de imprimir verossimilhança ao que foi afirmado.
  - D) de oração adjetiva, como forma de revelar uma atitude em relação ao que foi afirmado.
07. Leia o período abaixo.

“Nós, humanos, somos propensos ao antropomorfismo, projetando inteligência e compreensão em sistemas que fornecem até mesmo um indício de competência linguística”, pondera.

Nesse trecho, citado pela autora, em que a cientista da computação Melanie Mitchell justifica a ideia de que somos propensos ao antropomorfismo, a expressão **até mesmo**, usada pela cientista, assinala que

- A) o indício de competência linguística é incluído como o argumento mais fraco na escala de características que levam os seres humanos a antropomorfizarem sistemas computacionais.
- B) se deve excluir o indício de competência linguística como argumento para justificar a tendência de os seres humanos antropomorfizarem sistemas computacionais.
- C) se deve contrapor o indício de competência linguística a outros argumentos utilizados para justificar a tendência de os seres humanos antropomorfizarem sistemas computacionais.
- D) o indício de competência linguística é incluído como o argumento mais forte na escala de características que levam os seres humanos a antropomorfizarem sistemas computacionais.

As questões 8 e 9 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

“Se quisermos que **os robôs** respondam ‘por quê?’ ou mesmo que entendam o significado, devemos equipá-los com um modelo causal e ensiná-los a responder a perguntas contrafactuais” [...].

- 08.** Para evitar a repetição redundante da expressão “os robôs”, nesse trecho, utilizou-se o recurso coesivo
- A) da omissão do elemento linguístico e do pronome oblíquo, com função de objeto direto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
  - B) da omissão do elemento linguístico e do pronome oblíquo, com função de objeto indireto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
  - C) do pronome relativo e do pronome oblíquo, com função de objeto direto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
  - D) do pronome relativo e do pronome oblíquo, com função de objeto indireto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.

**09.** O não uso do acento grave, nas duas ocorrências da palavra “a”, deve-se,

- A) na primeira ocorrência, ao gênero da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo feminino, imediatamente posposto ao “a”.
- B) na primeira ocorrência, à classe gramatical da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido generalizador, imediatamente posposto ao “a”.
- C) na primeira ocorrência, à regência obrigatória da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido generalizador, imediatamente posposto ao “a”.
- D) na primeira ocorrência, à regência obrigatória do verbo imediatamente anteposto ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido feminino, imediatamente posposto ao “a”.

**10.** Considere o período reproduzido abaixo.

Regular a IA é urgente, mas sem açodamento.

A palavra “açodamento” mantém relação de

- A) antonímia com a palavra “ansiedade”.
- B) sinonímia com a palavra “pressa”.
- C) sinonímia com a palavra “lentidão”.
- D) antonímia com a palavra “sofreguidão”.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LEGISLAÇÃO**

11. O Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990) dispõe a respeito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Entre outras matérias, o Estatuto versa sobre o Plano de Seguridade Social do servidor federal, compreendendo uma série de benefícios para o servidor e sua família. Consoante às regras previstas na lei em destaque, à família do servidor ativo que for afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, é devido, enquanto perdurar a prisão, auxílio-reclusão no valor de:
- A) Um terço da remuneração.
  - B) Metade da remuneração.
  - C) Dois terços da remuneração.
  - D) Três quartos da remuneração.
12. Ainda nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990), considera-se noturno, para fins de percepção do Adicional Noturno, o serviço prestado pelo servidor em horário compreendido entre
- A) 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
  - B) 21 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
  - C) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
  - D) 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
13. A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo preceitos que reforçam o dever da família e do Estado na concretização desse direito social. Conforme as disposições contidas na lei em destaque, constitui dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos:
- A) 3 anos de idade.
  - B) 4 anos de idade.
  - C) 5 anos de idade.
  - D) 2 anos de idade.
14. Nos termos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, também denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, entre outros princípios, o da transparência, definido como uma garantia, aos titulares, de
- A) exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
  - B) informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
  - C) realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
  - D) consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

**CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE**  
**EDITAL Nº. 007/2023 – RE/IFRN**

---

15. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), compreendem as instituições de:
- A) Ensino fundamental mantidas pelo Poder Público municipal.
  - B) Educação superior mantidas pelo Poder Público municipal.
  - C) Educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.
  - D) Educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.
16. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892/2008, têm como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor e 5 Pró-Reitores. De acordo com as disposições do citado diploma legal, os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de
- A) 4 anos, vedada a recondução.
  - B) 2 anos, vedada a recondução.
  - C) 2 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
  - D) 4 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
17. As normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas estão previstas na Lei n.º 8.027, de 12 de abril de 1990. Nos termos da normativa em destaque, constitui falta administrativa, punível com a pena de demissão, a bem do serviço público,
- A) Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.
  - B) Opor resistência ao andamento de documento, processo ou à execução de serviço.
  - C) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
  - D) Manter sob a sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
18. A Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, é o diploma que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Consoante às disposições da referida lei, ressalvados os casos de comprovada má-fé, o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em
- A) 3 anos, contados da data em que foram praticados.
  - B) 5 anos, contados da data em que foram praticados.
  - C) 3 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
  - D) 5 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
19. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a (à)
- A) Obras de infraestrutura realizadas para beneficiar a rede escolar.
  - B) Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
  - C) Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
  - D) Formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomático.

- 20.** De acordo com o disposto no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º dessa Lei e, notadamente, a ação de
- A) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
  - B) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
  - C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
  - D) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.



**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PEDAGOGO**

- 21.** No âmbito do sistema federal de ensino, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados com a Lei nº 11.892/2008, fazem parte das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em conformidade com a referida Lei, é correto afirmar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte deve
- A) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, como uma das suas finalidades e características.
  - B) promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão, como um dos seus objetivos.
  - C) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, como uma das suas finalidades e características.
  - D) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica, como um dos seus objetivos.
- 22.** Com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), houve a necessidade da reelaboração de diversos documentos regulatórios da instituição, demandando, portanto, a revisão e a reconstrução de documentos que conduziam as ações institucionais. Entre eles, compreendido como o planejamento global de todas as ações da instituição, encontra-se o
- A) Projeto Político Pedagógico do IFRN, que sistematiza concepções, princípios e diretrizes norteadoras dos programas e projetos educativos, em âmbito regional, e constitui-se em um processo e em um documento de caráter normativo.
  - B) Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN, que delinea a cultura da instituição, traçando direcionamentos pedagógicos, administrativos e financeiros, em âmbito nacional, e constitui-se em um processo e em um documento de caráter identitário
  - C) Projeto Político Pedagógico do IFRN, que sistematiza concepções, princípios e diretrizes norteadoras das práticas e das políticas educativas, em âmbito local, e constitui-se em um processo e em um documento de caráter identitário.
  - D) Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN, considerado um instrumento de gestão democrática que oportuniza o processo de reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos e da identidade institucional.

23. A nova institucionalidade do IFRN, dada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, atribuída a uma instituição centenária, está alicerçada em valores, tradições, práticas, inter-relações sociais, funções sociais, áreas de atuação, públicos-alvo, prestígio social e inserção no projeto microssocial e macrosocial. Nesse sentido, entende-se que o ideal pedagógico da instituição encontra-se representado na função social, nos compromissos pedagógicos e nos valores culturais. No contexto atual, o IFRN tem como função social

- A) contribuir com o aumento da capacidade de (re)inserção sociolaboral de longa duração dos seus egressos, com a extensão de ofertas de boa qualidade aos coletivos mais desfavorecidos, do ponto de vista socioeconômico, para que, uma vez beneficiados pela educação profissional (EP), possam atuar, de forma competente e ética, como agentes de mudanças orientadas à satisfação das necessidades coletivas.
- B) ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.
- C) contribuir para uma formação profissional e tecnológica que favoreça, nos mais variados âmbitos, o (re)dimensionamento de ofertas de boa qualidade aos coletivos mais desfavorecidos, comprometida com a formação para o mercado de trabalho, com a produção e a socialização do conhecimento, visando à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da ascensão social.
- D) ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente - capaz de articular cultura, trabalho e tecnologia, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, à transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da ascensão social.

24. O princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre a universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. Na perspectiva dos Institutos federais, a integração entre essas três dimensões traz implicações de natureza teórico-metodológica em relação à gestão pedagógico-administrativa dos processos acadêmicos e das práticas relativas a esses processos. Para efetivação desse princípio, recomendam-se as seguintes ações:

- I. adesão ao diálogo interdisciplinar, por meio de uma organização curricular que acolha os eixos básico, científico, técnico e tecnológico.
- II. promoção de intercâmbios constantes entre as áreas de conhecimento e as temáticas do cotidiano, conectando aspectos da formação técnico-profissional.
- III. planejamento conjunto, envolvendo disciplinas, programas e projetos que, em conjunto, compõem as diretrizes dos cursos.
- IV. condução dialógica, atrelada ao planejamento conjunto, do processo pedagógico de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes.
- V. formação inicial para atender às especificidades tecnológicas, no sentido de materializar a aproximação das dimensões acadêmicas, verificando as necessidades presentes na realidade da qual os sujeitos fazem parte.

As ações recomendadas para a integração entre a tríade do ensino-pesquisa-extensão aparecem corretamente nos itens

- A) I, II, III e V.
- B) II, III, IV e V.
- C) II, III e IV.
- D) I, III e IV.

25. De acordo com a Resolução nº 7, de dezembro de 2018, a extensão, na Educação Superior Brasileira, é uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo
- A) multidisciplinar, político educacional, cultural, tecnológico, na perspectiva de promover a interação transformadora entre as instituições da educação básica e os outros setores da sociedade.
  - B) interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, na perspectiva de promover a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade.
  - C) interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, na perspectiva de promover a interação transformadora entre as instituições da educação básica e os outros setores da sociedade.
  - D) multidisciplinar, político-educacional, científico, tecnológico, na perspectiva de promover a interação transformadora entre as instituições de ensino superior.
26. Como fazendo parte das ações inclusivas do IFRN, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) é considerado como um grupo de trabalho e de estudo permanente, vinculado à Pro-Reitoria de Ensino e às Diretorias Acadêmicas de Ensino, no âmbito de cada Campi. Os itens a seguir listam alguns objetivos referentes a atuação do NAPNE do IFRN.
- I. Promover e participar de estudos, discussões e eventos sobre a inclusão social.
  - II. Participar da elaboração, avaliação e adequação dos documentos institucionais, contemplando a educação inclusiva.
  - III. Atuar nos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo ensino-aprendizagem dos discentes.
  - IV. Potencializar o processo ensino-aprendizagem por meio de orientação dos recursos de novas tecnologias assistidas, inclusive mediando projetos de inovação tecnológica assistida, desenvolvidos por discentes e docentes.
  - V. Gerenciar e estimular o desenvolvimento de parcerias com instituições/organizações que ministrem educação profissional para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, órgãos públicos e outros afins.

Estão corretos, conforme o regimento interno do NAPNE do IFRN, os itens

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e V.
- C) I, III e IV.
- D) I, III, IV e V.

27. O Art. 6º da Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), apresenta as suas finalidades e características. O inciso II desse artigo afirma que uma das missões dos IFs é desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. Esse inciso
- A) aborda a questão da integração curricular da educação básica com a profissional, bem como da oferta dentro do mesmo projeto pedagógico de cursos nos níveis educacionais: educação básica e superior.
  - B) retoma a questão da educação profissional e tecnológica e do desenvolvimento do território, enfatizando o apoio enraizado nas estruturas socioculturais locais, a partir do diagnóstico das oportunidades de desenvolvimento.
  - C) determina, como uma das finalidades dos Institutos, o ensino de ciências, ressaltando que tais instituições, ou os profissionais por ela formados ou em formação, devem se ocupar, particularmente, com a aplicabilidade dos conhecimentos científicos.
  - D) traz a concepção da pesquisa enquanto princípio educativo, entendendo-a como o trabalho de produção do conhecimento e como atividade instigadora do educando, no sentido de procurar respostas às questões postas pelo mundo do trabalho.
28. A história da educação profissional, no Brasil, tem sua origem no período colonial, quando seus primeiros aprendizes eram aqueles advindos das classes menos favorecidas. Ao longo dos séculos, novas formas de organização do trabalho foram surgindo, demandando aprendizagens de técnicas necessárias ao trabalho, que, por meio da instrução, suscitava o desenvolvimento profissional e tecnológico. Nesse processo, conforme o Decreto nº 7.566, de setembro de 1909, foram criados(as) com o objetivo de oferecer ensino profissional, primário e gratuito, mantendo o foco nas classes desfavorecidas
- A) os Colégios das Fábricas.
  - B) as Escolas de Aprendizes de Artífices.
  - C) as Escolas Industriais e Técnicas.
  - D) os liceus da rede Imperial do Colégio Dom Pedro II.

29. A gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN (PDI 2019-2026), a estrutura organizacional funcional de gestão compreende níveis hierárquicos de planos de atuação. Em relação a esses níveis, considere as afirmações a seguir.
- I. No IFRN, o plano estratégico compreende as políticas, diretrizes e planejamento multicampi elaborados pela Reitoria, Pró-Reitorias e Direção dos campi, tendo como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (Codir) e o Conselho Superior (Consup).
  - II. A estrutura organizacional funcional da gestão do IFRN compreende os planos estratégico, tático, operacional e político-pedagógico.
  - III. O Plano Tático diz respeito à implementação das decisões estabelecidas no nível estratégico, que atingem o campus e estão sob a responsabilidade das diretorias, dos departamentos e e das coordenações gerais do campus.
  - IV. O Plano Operacional consiste na execução e no acompanhamento, tanto das políticas gerais do Instituto quanto das diretrizes de cada campus.
  - V. O plano político-pedagógico se constitui no planejamento, na coordenação e no acompanhamento das atividades de ensino e de pesquisa.

Em conformidade com o PDI vigente, estão corretas as afirmativas presentes nos itens

- A) I, II, IV e V.
  - B) I, III e IV.
  - C) II, III e IV.
  - D) II, III, IV e V.
30. A proposta político-pedagógica do IFRN busca contribuir para uma formação *omnilateral* que favoreça, nos mais variados âmbitos, o (re)dimensionamento qualitativo da práxis social, promovendo uma formação pautada em uma visão humanística e ancorada em alguns princípios filosóficos como
- A) verticalização do ensino, distanciada da pesquisa e da extensão.
  - B) natureza pública e gratuita da educação, sob a responsabilidade da União.
  - C) justiça social com igualdade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental.
  - D) inclusão social quanto às condições físicas e intelectuais dos sujeitos, respeitando sempre a aprendizagem individual.
31. Subjacente às definições curriculares defendidas no Projeto Político-pedagógico do IFRN está a concepção de currículo sustentada em teorias críticas, numa proposta de educação politécnica voltada para a formação cidadã. Segundo Saviani (1989), a educação politécnica significa
- A) o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.
  - B) o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos, com ênfase no mercado de trabalho, fortalecendo a dualidade entre a formação propedêutica e a formação profissional.
  - C) preparar o indivíduo, principalmente os que fazem parte das classes populares, para lidar com os saberes essenciais a sua vida profissional, com ênfase no mercado de trabalho.
  - D) promover o desenvolvimento dos conteúdos de formação geral e de formação profissional, mediante a construção de itinerários formativos individualizados e descontínuos, que propiciem o conhecimento dos princípios que regem as formas tecnológicas.

32. Considerando a história das ideias pedagógicas no Brasil, analise o excerto:

A proposta pedagógica do IFRN assume o currículo como um conjunto integrado e articulado de atividades intencionadas, pedagogicamente concebidas a partir da visão crítica de ser humano, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura e de educação, organizadas para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento. Essas atividades intencionadas visam a formação integral dos educandos, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária (IFRN, 2012).

Mediante o exposto, é correto afirmar que a proposta pedagógica do IFRN está fundamentada nos princípios da pedagogia

- A) tecnicista.
- B) libertária.
- C) libertadora.
- D) histórico-crítica.

33. No Art. 4º, da Lei nº 14.645/2023, que altera a LDBEN nº 9394/96, encontram-se as disposições que orientam que cabe à União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, bem como, de forma articulada ao Plano Nacional de Educação, a formulação e a implementação da política nacional de educação profissional e tecnológica por meio de várias ações. Em relação a essas ações, considere os itens a seguir.

- I. fomento à expansão da oferta de educação profissional e tecnológica em instituições públicas e privadas, consideradas as necessidades regionais.
- II. participação ativa do setor produtivo na formação e na empregabilidade dos estudantes ativos da educação profissional e tecnológica.
- III. fomento à capacitação digital na educação profissional e tecnológica, de forma a promover a especialização em tecnologias e aplicações digitais.
- IV. atuação conjunta entre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as secretarias municipais de educação ou os órgãos privados responsáveis pela formação profissional e tecnológica.
- V. instituição de instância tripartite de governança da política e de suas ações, com representação paritária dos gestores da educação, das instituições formadoras e do setor produtivo.

Estão corretas as informações dos itens

- A) I, III e V.
- B) I, II e IV.
- C) II, IV e V.
- D) II, III e IV.

34. No documento intitulado *Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva* (2012), a prática pedagógica deve ser orientada pelos princípios

- A) da igualdade, da qualidade, da gestão democrática e da valorização do magistério.
- B) da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito à diversidade.
- C) da pesquisa como princípio pedagógico, do trabalho como princípio educativo, da cultura e da ciência.
- D) da pesquisa como princípio pedagógico, do trabalho como princípio educativo, do respeito à diversidade e da interdisciplinaridade.

**35.** As políticas de ações afirmativas têm como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades. Nessa direção, a Lei nº 12.711/2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Em relação ao exposto, considere as afirmações a seguir.

- I. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- II. As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
- III. O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação do programa de que trata essa Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).
- IV. As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. No preenchimento dessas vagas, 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Estão corretas as afirmações

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

**36.** Para Vygotsky, o fator determinante na evolução do pensamento verbal é a formação de conceito, cuja evolução ocorre por duas linhas de desenvolvimento: formação de conceitos espontâneos e de conceitos científicos. Tomando como base o resultado de suas pesquisas, Vygotsky concluiu que a sociogênese da formação de conceitos espontâneos passa por três fases básicas compreendendo, cada uma delas, diferentes estágios. Essas fases são

- A) pensamento sintético, por generalizações e conceitual.
- B) pensamento sincrético, por complexos e conceitual.
- C) pensamento por atividade, por abstração e conceitual.
- D) pensamento por complexos, por lógica e conceitual.

37. Na perspectiva da teoria histórico-cultural desenvolvida por Vygotsky, a aprendizagem é concebida como uma atividade especificamente humana orientada para um objetivo. Nessa concepção de aprendizagem, destacam-se três elementos importantes: *o caráter social, a atividade e a mediação*. Considerando a Teoria da Atividade, desenvolvida por Leontiev, defende-se que toda atividade humana (mental, perceptiva ou motora), no sentido funcional da aprendizagem, possui a seguinte estrutura invariante:
- A) um sujeito, os motivos, o objetivo, o sistema de operações, os meios para realizar a ação, as condições de realização e a reflexão crítica.
  - B) um sujeito, um objeto, os motivos, o objetivo, o sistema de operações, a base orientadora da ação, os meios para realizar a ação, as condições de realização e o produto.
  - C) um sujeito, um objeto, o objetivo, a base orientadora da ação, os meios para realizar a ação, as condições de realização e o produto.
  - D) um sujeito, um objeto, os motivos, o objetivo, o sistema de operações, a base orientadora da ação, os meios para realizar a ação, as condições de realização.
38. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, são apresentadas, como pressupostos e fundamentos para a oferta de um ensino médio de qualidade social, incluindo a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as dimensões da formação humana que devem ser consideradas de maneira integrada na organização curricular dos diversos cursos e programas educativos. São dimensões da formação humana:
- A) sociologia, psicologia, pedagogia e antropologia.
  - B) trabalho, ciência, tecnologia e cultura.
  - C) cognitiva, psicológica, ambiental e pedagógica.
  - D) trabalho, interdisciplinaridade, contextualização e cultura.
39. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerada uma modalidade de ensino, será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, nos ensinos fundamental e médio, na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, os cursos de EJA devem
- A) ser articulados, preferencialmente, com a Educação Profissional, pautando-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e de espaço.
  - B) ter a Educação Profissional articulada com a Educação Superior, na tentativa de romper com a simetria do ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos.
  - C) prover o suporte e a atenção individuais às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades homogeneizadoras.
  - D) ser desenvolvidos visando à agregação de competências para o trabalho, promovendo a motivação e a orientação permanentes dos estudantes, objetivando uma menor participação nas aulas e o seu melhor aproveitamento e desempenho na prática profissional.



40. Segundo Bacich & Moran (2018), metodologias são diretrizes que orientam os processos de ensino e aprendizagem e que se concretizam em estratégias, abordagens e técnicas concretas, específicas e diferenciadas. Tomando como base o pensamento desses autores, considere cada afirmativa a seguir.

- I. As metodologias ativas dão ênfase ao papel protagonista do estudante, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, sem a orientação do professor.
- II. Metodologias ativas são estratégias de aprendizagem centradas na participação efetiva dos docentes, de forma flexível, interligada e híbrida.
- III. As metodologias ativas expressam-se por meio de modelos de ensino híbridos, com várias possibilidades de combinações.
- IV. A aprendizagem intencional formal se constrói num processo complexo e equilibrado entre os seguintes movimentos ativos híbridos principais: a construção individual, a grupal e a tutorial.

Estão corretas as afirmações dos itens

- A) III e IV.
- B) I e IV.
- C) I e III.
- D) II e III.